



# **Sessão Plenária de Estrasburgo 15 a 18 de Abril 2019**





# **Terça-feira, dia 16 de Abril**





## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Situação em Moçambique, Maláui e Zimbabué

- Fonte 1: Observador 06/04/2010
- Link: <https://observador.pt/2019/04/06/mocambique-numero-de-mortos-do-ciclone-ida-iao-para-de-subir-e-ja-passou-dos-600/>

#### **Moçambique. Número de mortos do ciclone Idai não pára de subir e já passou dos 600**

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique confirma que o número do ciclone Idai subiu para os 602. O número de famílias afetadas também já ultrapassou os 300 mil.

Foram identificadas mais quatro vítimas mortais do ciclone Idai, o que eleva a contagem oficial de mortos deixados por aquela catástrofe natural para 602 só em Moçambique. A notícia foi confirmada este sábado pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, órgão do governo moçambicano.

De acordo com o jornal moçambicano O País, o INGC anunciou ainda que entre a população afetada estão 306 152 famílias — uma subida das 283 554 registadas a 4 de abril. O número de pessoas afetadas também subiu consideravelmente, dos mais de 1,4 milhões anunciados a 4 de abril para 1 514 445 pessoas, conforme anunciado pelo INGC.

O número de feridos mantém-se de acordo com o último balanço, que já avançava o número de 1641.

Ainda noutro balanço, o jornal moçambicano Notícias dá conta de que o ciclone Idai de que pelo menos 2037 barcos, que vão desde embarcações artesanais a industriais, foram destruídas ou arrastadas ao longo da costa da Beira.

- **Fonte 2: Diário de Notícias 19/03/2019**
- **Link: <https://www.dn.pt/lusa/interior/idai-ue-atribui-apoio-de-emergencia-de-35-me-a-mocambique-malawi-e-zimbabue-10699131.html>**

### **Idai: UE atribui apoio de emergência de 3,5 ME a Moçambique, Maláui e Zimbabué**

A União Europeia (UE) anunciou hoje um apoio de emergência de 3,5 milhões de euros para ajudar a população africana afetada pela passagem do ciclone Idai em Moçambique, Maláui e Zimbabué, que causou dezenas de mortos.

Em comunicado, a Comissão Europeia anuncia um "pacote inicial de ajuda de emergência de 3,5 milhões de euros", após as "graves inundações e o ciclone tropical Idai terem causado um grande número de vítimas e danos em casas e infraestruturas em Moçambique, no Maláui e no Zimbabué".

Bruxelas precisa que a verba "será usada para fornecer apoio logístico para as pessoas afetadas, como abrigos de emergência, higiene, saneamento e cuidados de saúde".

Do total, dois milhões serão alocados a Moçambique, um milhão ao Maláui e 500 mil euros ao Zimbabué.

Além desta verba, a UE já deu 250 mil euros para ajudar a população afetada na região.

Citado pela nota, o comissário europeu para ajuda humanitária e gestão de crises, Christos Stylianides, salienta que a "UE está solidária" com o povo daquela região, pelo que a verba anunciada se destina às "necessidades humanitárias urgentes".

Christos Stylianides adianta que a União vai enviar técnicos para o local, que irão ajudar as autoridades locais e os parceiros humanitários.

Entretanto, Portugal afirmou hoje estar disponível para ajudar Moçambique através da UE e das Nações Unidas na sequência da passagem do ciclone Idai na cidade da Beira que causou dezenas de mortos, segundo uma nota da Presidência da República portuguesa.

"Portugal procurará contribuir ao esforço de ajuda e reconstrução, quer diretamente, quer através da UE e das Nações Unidas, exprimindo ao Povo irmão moçambicano e a todos quantos, em particular portugueses, foram afetados por esta grande tragédia", refere o Presidente da República na nota.

Já na segunda-feira, o Governo português divulgou que "até agora não há registo de cidadãos portugueses mortos, feridos ou em situação de perigo" devido à passagem do ciclone Idai em Moçambique, mas "várias dezenas perderam casas e bens".

A passagem do ciclone Idai em Moçambique, Maláui e Zimbabué provocou pelo menos 222 mortos, segundo balanços provisórios divulgados pelos respetivos governos na segunda-feira.

Mais de 1,5 milhões de pessoas foram afetadas pela tempestade naqueles três países africanos.

O Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, disse que o ciclone poderá ter provocado mais de mil mortos em Moçambique, estando confirmados atualmente 84.

Estimativas iniciais do Governo de Moçambique apontam para 600 mil pessoas afetadas, incluindo 260 mil crianças.

O ciclone, com fortes chuvas e ventos de até 170 quilómetros por hora atingiu a Beira, a quarta maior cidade de Moçambique, na quinta-feira à noite, deixando os cerca de 500 mil residentes sem energia e linhas de comunicação.



No Maláui, as estimativas do Governo apontam para que tenham sido afetadas mais de 920 mil pessoas nos 14 distritos afetados, incluindo 460 mil crianças. Há registos de pelo menos 56 mortos e 577 feridos.

No Zimbabué, a avaliação das autoridades apontava para cerca de 1.600 casas e oito mil pessoas afetadas no distrito de Chimanimani, em Manicaland, com registos de 82 mortes e 217 pessoas desaparecidas.

- **Fonte 3: Observador 09/04/2019**
- **Link: <https://observador.pt/2019/04/09/idai-mocambique-recebe-sete-milhoes-de-euros-de-novo-envelope-de-12-me-da-ue/>**

### **Idai: Moçambique recebe sete milhões de euros de novo envelope de 12 ME da UE**

A Comissão Europeia anunciou verba adicional de 12 milhões de euros de ajuda humanitária para Moçambique, que recebe a maior fatia (sete milhões), Zimbabué (quatro milhões) e Maláui (um milhão).

Moçambique vai receber mais sete milhões de euros da União Europeia (UE) de ajuda humanitária devido ao ciclone Idai, num total de 12 milhões hoje atribuídos e que serão divididos com o Zimbabué e o Maláui.

A Comissão Europeia anunciou esta terça-feira uma verba adicional de 12 milhões de euros de ajuda humanitária para as populações afetadas pelo ciclone Idai em Moçambique, que recebe a maior fatia (sete milhões de euros), Zimbabué (quatro milhões) e Maláui (um milhão de euros).

Em Moçambique, a verba destina-se a providenciar abrigos, água potável e saneamento básico, bem como ajuda alimentar e de saúde.

Em comunicado, o executivo comunitário reitera que o ciclone afetou o período anual das colheitas, com consequências na segurança alimentar dos próximos meses.

Ainda sobre a situação na região centro de Moçambique, o acesso a água potável é outra das preocupações sublinhadas por Bruxelas, para prevenir surtos de doenças como a cólera.

"Continuamos solidários com as pessoas afetadas pelo ciclone Idai e as inundações em Moçambique, Zimbabué e Maláui", disse, em comunicado o comissário europeu para a Ajuda Humanitária, Christos Stylianides, salientando haver ainda necessidades urgentes a acudir.

O envelope financeiro hoje anunciado complementa os 3,75 milhões de euros atribuídos imediatamente após o ciclone Idai, que atingiu os três países em 14 de março.

Segundo o último balanço das autoridades moçambicanas, o ciclone fez 602 mortos e 1.641 feridos, tendo afetado mais de 1,5 milhões de pessoas no centro de Moçambique.



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Situação em Moçambique, Maláui e Zimbabué

- O ciclone tropical IDAI atingiu a costa de Moçambique durante a noite de 14 de Março de 2019, o seu centro localizava-se a cerca de 25 quilómetros a noroeste da Beira, com chuvas fortes e ventos até 167 km por hora, que continuaram em direção a oeste até Zimbabué e Maláui provocando inundações maciças com um impacto devastador.
- Segundo o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), órgão do governo moçambicano, foram identificados, segundo os últimos balanços feitos, 602 mortos só em Moçambique, 1 514 445 pessoas afectadas e 1641 feridos.
- A 19 de Março a União Europeia (UE) anunciou um pacote inicial de apoio de emergência de 3,75 milhões de euros, para ajudar a população africana afetada pela passagem do ciclone. Do total, dois milhões de euros foram alocados em Moçambique, um milhão em Maláui e 500 mil euros no Zimbabué. O envelope financeiro deverá ser usado para fornecer apoio logístico às pessoas afetadas através de abrigos de emergência, higiene, saneamento e cuidados de saúde.
- Para além desta assistência financeira humanitária, a pedido de Moçambique, foi activado o Mecanismo de Protecção Civil da UE (MPCU). As ofertas de assistência recebidas através do Mecanismo vieram da Áustria, Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido e estão a ser coordenadas pelo Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) da Comissão Europeia.
- Uma Equipa de Protecção Civil Europeia está em Moçambique desde 23 de Março de 2019 para assegurar a coordenação logística e a distribuição da ajuda prestada pelos Estados-Membros da UE. Um epidemiologista do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (CEPCD) apoia na coordenação das equipas médicas de emergência e outras actividades de saúde pública.
- Cerca de 60 000 itens de emergência e oito equipas de especialistas em protecção civil com equipamento foram disponibilizados pelos Estados-Membros da UE e enviados para Moçambique. Trata-se de equipamentos para purificação de água, equipas médicas de emergência, tendas de abrigo, kits de higiene, alimentos e colchões.
- A União Europeia financiou 75 % das despesas de transporte destas equipas e dos equipamentos no montante total de cerca de 4 milhões de euros. Além disso, foi enviada a Moçambique uma equipa de 11 peritos de sete Estados-Membros (Alemanha, Finlândia, Países Baixos, Portugal, Roménia, Suécia e Eslovénia) a fim de contribuírem para a logística e aconselhamento.
- O serviço de cartografia por satélite do Programa Copérnico também está a ser utilizado para auxiliar as autoridades locais a trabalhar no terreno.
- A 9 de Abril de 2019 a União Europeia anunciou um montante adicional de 12 milhões de euros para ajuda humanitária nos países afectados. A ajuda financeira da UE ascende assim a mais de 15 milhões de euros.
- Do montante adicional concedido pela UE, 7 milhões de euros vão ser canalizados para beneficiar as populações afectadas em Moçambique, onde cerca de 1,85 milhões de pessoas necessitam urgentemente de assistência humanitária. Esta assistência proporcionará alojamento, água e saneamento, ajuda alimentar, saúde e apoio psico-social.



- O ciclone coincidiu com o período de colheita agrícola anual, tendo assim posto em causa a segurança alimentar nos próximos meses. A facilitação do acesso a água potável é neste momento motivo de grande preocupação dado o risco de propagação de surtos de doenças associado à escassez de água.

- No Zimbábue, 4 milhões de euros serão canalizados para proporcionar abrigo, água, saneamento e assistência alimentar às pessoas afectadas pelas inundações. As inundações exacerbaram uma crise de segurança alimentar pre-existente, provocada pela seca e por uma situação económica preocupante que afecta quase 3 milhões de pessoas.

- No Malawi, as vítimas do ciclone irão beneficiar de assistência no valor de 1 milhão de euros sob a forma de ajuda alimentar e de apoio para recuperar em os seus meios de subsistência. As inundações afectaram mais de 860 000 pessoas, sendo que 85 000 destas ficaram sem as suas casas e vivem actualmente em acampamentos improvisados.

- **Declaração do Comissário responsável pela Ajuda Humanitária e Gestão de Crises, Christos Stylianides:** "Moçambique não está sozinho nestes tempos difíceis. Mais apoio da UE vem a caminho. Estamos a trabalhar dia e noite para entregar bens essenciais e salvar vidas. Também enviamos peritos humanitários para as áreas afetadas, de modo a coordenar a nossa assistência. Agradeço aos Estados-membros pelo seu apoio generoso. Assistimos à solidariedade da UE em ação."

## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate Conjunto - Horizonte Europa

- **Fonte 1: Diário de Notícias 26/10/2018**
- **Link: <https://www.dnoticias.pt/madeira/liliana-rodrigues-faz-aprovar-financiamento-especifico-para-a-investigacao-nas-rup-BI3875254>**

#### **Liliana Rodrigues faz aprovar financiamento específico para a investigação nas RUP**

Os membros da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu votaram favoravelmente o projecto de resolução da proposta da Comissão Europeia para o novo programa orientado para a investigação e a inovação, o Horizonte Europa. A votação aconteceu ontem, em Estrasburgo, e contou com a presença da eurodeputada Liliana Rodrigues, que foi a responsável socialista por acompanhar as negociações.

"Longo e difícil", assim caracterizou Liliana Rodrigues o processo de negociação do documento, não deixando de sublinhar a "boa base de entendimento que existiu com o colega holandês do Partido Popular Europeu".

Apesar das dificuldades, a eurodeputada socialista mostrou-se satisfeita pela aprovação de todas as suas sugestões ao relatório, preferindo destacar a aprovação de um segmento financeiro especial no Horizonte Europa direccionado para as regiões ultra periféricas e a defesa de uma remuneração e de um apoio financeiro justo para os investigadores dos diferentes países.

"Estas eram algumas das minhas preocupações porque a Universidade da Madeira e os seus investigadores, tal como aconteceu noutras regiões ultra periféricas, não tiveram acesso pleno ao programa actual", referiu Liliana Rodrigues, acrescentando que o modelo em vigor, de quatro milhões distribuídos por, pelo menos, dez universidades públicas das RUP, "não é suficiente para fazer face às necessidades dos investigadores e dos professores dessas instituições, que encontram nos preços das deslocações aéreas uma das principais barreiras".

Das propostas aprovadas, Liliana Rodrigues salientou, também, a defesa da igualdade salarial entre géneros, o investimento na investigação espacial da União Europeia, a diminuição de encargos para os beneficiários dos programas, uma distribuição geográfica mais eficaz e equilibrada dos fundos para a investigação e inovação, a transparência e prestação de contas na avaliação dos projectos e a possibilidade de sinergias com outros fundos.

O Horizonte Europa, o programa orientado para a investigação e inovação da União Europeia para 2021-2027, irá suceder ao actual Horizonte 2020. A proposta apresentada pela equipa liderada por Jean-Claude Juncker traduz-se num aumento de 20,6 mil milhões de euros no programa dedicado à ciência, que assim passará a contar com 97,6 mil milhões de euros. A proposta prevê, também, a criação do Programa de Investigação e Formação da Euratom, que terá uma dotação de 2,4 mil milhões de euros.

A votação final por parte do Parlamento Europeu referente à proposta da Comissão Europeia deverá acontecer na próxima Sessão Plenária, em Estrasburgo, que irá decorrer entre os dias 12 e 15 de Novembro. Na Comissão do Desenvolvimento Regional, a proposta foi aprovada com 37 votos favoráveis, 1 voto contra e uma abstenção.

- **Fonte 2: Diário de Notícias 12/12/2018**
- **Link: [https://www.dnoticias.pt/madeira/parlamento-europeu-aprova-programa-para-a-investigacao-e-a-inovacao-NY4098582?fbclid=IwAR06Ctg87LZKpui6X6Prm6RLx\\_M6W3BA-W2JQjpfIXjnq4Ya9FXiH2WNSaA#](https://www.dnoticias.pt/madeira/parlamento-europeu-aprova-programa-para-a-investigacao-e-a-inovacao-NY4098582?fbclid=IwAR06Ctg87LZKpui6X6Prm6RLx_M6W3BA-W2JQjpfIXjnq4Ya9FXiH2WNSaA#)**

### **Parlamento Europeu aprova programa para a investigação e a inovação.**

O Parlamento Europeu aprovou o projecto de resolução da proposta da Comissão Europeia para a criação do novo programa europeu orientado para a investigação e a inovação, o Horizonte Europa. A votação aconteceu esta manhã, em Estrasburgo, e contou com a presença da eurodeputada Liliana Rodrigues, que foi a responsável socialista por acompanhar as negociações deste programa na Comissão do Desenvolvimento Regional.

O projecto de resolução foi aprovado com 548 votos a favor, 70 contra e contou, ainda, com 49 abstenções. Segundo a eurodeputada, o novo programa servirá “para criar postos de trabalho e dinamizar o crescimento económico, reforçar a participação das PME e para incentivar as parcerias entre universidades, programas de ligação em rede e doutoramentos, tanto na União como com países terceiros, contribuindo para atrair novos talentos e jovens investigadores, reforçando, assim, o Espaço Europeu de Investigação e evitando a fuga de cérebros”.

Liliana Rodrigues destacou ainda a importância do Horizonte Europa na contribuição para a redução do fosso, em termos da investigação e inovação, entre as várias regiões europeias, dando a “garantia de uma inclusão geográfica mais equilibrada, tendo em conta as especificidades dos territórios como forma de promover a sua participação efectiva e de estabelecer a cooperação e as sinergias necessárias, nomeadamente nas regiões ultraperiféricas, menos desenvolvidas ou com menor densidade populacional”.

Ainda esta manhã, o Parlamento Europeu aprovou, também, o Relatório Anual dos Direitos Humanos e da Democracia no Mundo em 2017. O debate aconteceu no dia anterior e contou com a participação da eurodeputada Liliana Rodrigues, que ao longo dos últimos meses acompanhou os trabalhos na Comissão dos Direitos Humanos.

Na sua intervenção, a socialista referiu que “2017 foi um ano marcado pela degradação desses direitos, pela redução do espaço da sociedade civil e pelo enfraquecimento dos mecanismos democráticos em muitos países, inclusive na própria Europa”. Liliana Rodrigues afirmou ainda que, seja dentro ou fora da Europa, a UE continuará a defender “o reforço e o apoio à promoção dos direitos humanos nas mais diversas áreas”, como a liberdade de expressão, os direitos das minorias e dos migrantes, os direitos das crianças, a igualdade de género e os direitos da comunidade LGBTI.

A eurodeputada terminou a sua intervenção com uma referência ao vencedor deste ano do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, Oleg Sentsov. ‘Um justo vencedor’, na opinião de Liliana Rodrigues. O galardão foi formalmente atribuído hoje, em Estrasburgo, pelo seu protesto pacífico contra a ocupação russa da Crimeia. O realizador ucraniano foi detido no dia 11 de Maio de 2014 e condenado posteriormente a vinte anos de prisão por um tribunal russo, sob a acusação de conspiração terrorista

## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate Conjunto - Horizonte Europa

*Terça-feira, dia 16*

- **Criação do Horizonte Europa - definição das suas regras de participação e difusão**

*Apresentação de relatórios:*

**Relatório sobre a proposta do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Horizonte Europa – Programa-Quadro de Investigação e Inovação e que define as suas regras de participação e difusão**

**Relator: Dan Nica (S&D)**

**Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE)**

- **Alguns dados a ter em conta antes da leitura integral do relatório:**

- O texto contém 170 emendas.

- O Horizonte Europa será o 9.º Programa-Quadro de Investigação e Inovação (I&I) da União Europeia (UE) a decorrer entre 2021 e 2027. Com base nos êxitos e experiências que advêm dos programas anteriores, o programa Horizonte Europa visa reforçar as bases científicas e tecnológicas da UE, promover a sua competitividade e tornar a UE capaz de assumir um papel de liderança face aos desafios do século XXI.

- A 7 de Junho de 2018 a Comissão Europeia propôs o novo programa Horizonte Europa, dotado de um orçamento total de 94 mil milhões de euros (a preços de 2018).

- Este orçamento representa um aumento de 50% em relação ao programa Horizonte 2020, o que faz do Horizonte Europa o maior programa de investigação e inovação alguma vez proposto.

- Prevê-se que o Programa resulte num aumento do PIB, em média, de 0,08 % a 0,19 % ao longo de 25 anos, o que significa que cada euro investido poderá gerar um retorno de até 11 EUR do PIB durante o mesmo período. Prevê-se, também, que os investimentos da UE em I&I gerem, em média, cerca de 100 000 postos de trabalho em atividades de I&I.

- A proposta inclui o objetivo central de consagrar 3 % do PIB da União à investigação e ao desenvolvimento.

- O pacote Horizonte Europa é constituído por propostas relativas a:

1. Um Programa-Quadro de Investigação e Inovação designado «Horizonte Europa», que inclui a definição das suas regras de participação e difusão (em conformidade com Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia — «TFUE»),

2. Um programa específico para a execução do «Horizonte Europa» («TFUE»),

3. Um Programa de Investigação e Formação ao abrigo do Tratado Euratom que complementa o Horizonte Europa, juntamente com

4. As correspondentes avaliações de impacto e fichas financeiras legislativas.

- O pacote funde dois atos jurídicos atuais (o Programa-Quadro e as Regras de Participação e Difusão) num único acto jurídico - os dois actos a serem discutidos neste debate conjunto.

- Os principais objetivos do Horizonte Europa são:

- ✓ Prosseguir a simplificação;
- ✓ Apoiar a inovação revolucionária;
- ✓ Gerar maiores impactos através da orientação para missões e da participação dos cidadãos;
- ✓ Aumentar as sinergias com outros programas de financiamento e políticas da União;
- ✓ Reforçar a cooperação internacional;
- ✓ Reforçar a abertura
- ✓ Racionalizar o panorama de financiamento

- **Exposição de motivos:**

- A investigação e a inovação dão resposta às prioridades dos cidadãos, promovem a produtividade e a competitividade da Europa e são importantes para preservar os nossos valores e o nosso modelo socioeconómico, proporcionando soluções que permitem enfrentar os desafios de uma forma mais sistémica.

- A rápida evolução da investigação e inovação, num contexto de concorrência mundial, faz com que o apoio público à I&I seja mais essencial do que nunca, em particular a nível da UE.

- O sucesso da UE depende cada vez mais da sua capacidade para transformar os excelentes resultados científicos em inovação suscetível de ter um impacto real benéfico na nossa economia e qualidade de vida e de criar novos mercados com empregos mais qualificados.

- **Considerações gerais:**

- O programa-quadro Horizonte Europa determina os seus objetivos e estrutura, as formas de financiamento e as regras para a concessão do financiamento. Este é o programa emblemático de apoio à I&I da União, desde a conceção inicial até à comercialização, e complementa os financiamentos nacionais e regionais.

- O Horizonte Europa reforçará as bases científicas e tecnológicas da União a fim de contribuir para enfrentar os principais desafios globais do nosso tempo e para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Simultaneamente, o Programa reforçará a competitividade da União, incluindo a das suas indústrias.

- O Horizonte Europa contribuirá para a realização das prioridades estratégicas da UE e apoiará o desenvolvimento e a implementação das suas políticas.

- O relator considera que o enquadramento financeiro para a execução do Programa-Quadro no período de 2021-2027 deve ser de 120 mil milhões de euros, a preços de 2018.

- O relator relembra que, no âmbito do objetivo geral da UE de integrar as ações climáticas e despende 30 % do orçamento da União no apoio aos objetivos climáticos, as ações no âmbito do Programa devem contribuir para, pelo menos, 35 % das despesas do programa referentes a objetivos em matéria de clima, se tal for adequado.

- **Parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional**

- O relator saúda a iniciativa da Comissão Europeia no sentido de reforçar a capacidade regional de investigação e inovação, a fim de contribuir para uma integração mais equilibrada destas iniciativas em todas as partes da Europa. Tanto a política de coesão como o Horizonte Europa contribuem para a consecução destes objetivos.

- O relator destaca a importância de reforçar a capacidade de investigação e inovação, da criação de condições estáveis para a melhoria da informação empresarial e na aposta no



desenvolvimento de conhecimentos científicos, de modo a que se torne possível concretizar oportunidades de mercado para as novas tecnologias e empresas em fase de arranque.

- O relator afirma que os Ecossistemas Europeus de Inovação constituem um instrumento fundamental para reforçar a cooperação inter-regional no domínio da investigação e da inovação. Através da cooperação entre ecossistemas de inovação, o Horizonte Europa permite que as cidades e as regiões reforcem as suas estratégias de especialização inteligente, contribuindo diretamente para a economia baseada no conhecimento, construindo uma Europa mais inteligente e mais ecológica, com elevados padrões sociais, e gerando crescimento e emprego.

- Na última década, o FEDER tem vindo a estimular a inovação regional e a apoiar empresas emergentes. No período em curso, foram investidos cerca de 75 854 936 533 euros nas temáticas «Investigação e Inovação» e «Competitividade das Pequenas e Médias Empresas». Tal, abre a possibilidade de um procedimento mais simples e de uma maior cooperação a nível operacional.

- O relator considera que o certificado de «Selo de Excelência» é um instrumento importante para conseguir mais sinergias entre o Horizonte Europa e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

- O relator relembra que, graças a instrumentos como o «Selo de Excelência» e da manutenção da «Via de Excelência», estamos a reforçar as capacidades das zonas da Europa com desempenhos mais fracos no atual período de programação e a facilitar a difusão da excelência e do conhecimento.

- O relator argumenta que é necessário fazer uma avaliação simplificada do impacto dos fundos investidos transferidos. Esta abordagem é necessária para demonstrar o valor de uma melhor utilização dos fundos e conduzirá a mais investimentos em I&D em todas as regiões da UE.



- **Programa de execução do Horizonte Europa**

*Apresentação de relatórios:*

**Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o programa específico de execução do Horizonte Europa — Programa-Quadro de Investigação e Inovação**

**Relator: Christian Ehler (PPE)**

**Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE)**

- O texto contém 275 emendas

- A proposta relativa ao programa específico de execução do Horizonte Europa engloba os objetivos operacionais e as atividades que são específicas de determinadas partes do Horizonte Europa.

- O programa assentará em três pilares complementares e interligados:

- Pilar I «Ciência Aberta»: Este pilar apoiará a ciência de excelência, de modo a reforçar a liderança científica da União e ajudará a desenvolver competências e conhecimentos de elevada qualidade.
- Pilar II «Desafios Globais e Competitividade Industrial»: Este pilar apoiará a investigação que incide sobre os desafios sociais e as tecnologias industriais em áreas como a saúde, a segurança, as tecnologias digitais e facilitadoras essenciais, o clima, a energia, a mobilidade, os alimentos e os recursos naturais. Paralelamente a estes domínios, será introduzido um número limitado de missões e parcerias de investigação. Todas as missões compreenderão uma série de atividades de investigação.
- Pilar III “Inovação Aberta”: Este pilar incidirá sobretudo na transposição para uma maior escala da inovação revolucionária e geradora de mercados mediante a criação de um Conselho Europeu de Inovação, que disponibilizará um “balcão único” para os investidores de elevado potencial. Este pilar assenta, também, na melhoria dos ecossistemas europeus de inovação e da manutenção do apoio ao Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT).

- Para além destes três pilares, há disposições que visam melhorar os resultados do programa a nível do alargamento da participação e do reforço do Espaço Europeu da Investigação. Incluem-se aqui medidas destinadas a ajudar os Estados-Membros a tirar o máximo partido do seu potencial nacional de investigação e inovação.





# **Quarta-feira, dia 17 de Abril**



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate com o Primeiro-Ministro da Letónia, Krišjānis Kariņš, sobre o futuro da Europa

- Fonte 1: Público 24/02/2018
- Link: <https://www.publico.pt/2018/02/24/economia/noticia/bce-deixa-cair-terceiro-maior-banco-da-letonia-1804358>

#### **BCE deixa cair o terceiro maior banco da Letónia**

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu este sábado cortar o financiamento ao ABLV, um banco letão que tem estado no centro do debate político naquele país e que está à beira de falir. Num comunicado desta manhã, a instituição liderada por Mario Draghi anunciou o fim da garantia europeia, negando um "bailout" ao banco, por considerar não ser do interesse público.

"Devido à significativa deterioração da sua liquidez, o banco provavelmente não conseguirá pagar as suas dívidas ou outras responsabilidades quando chegar o prazo" em que tem de o fazer, lê-se no comunicado do BCE.

A tomada de posição do BCE surge na sequência de suspeitas que o banco serviria para operações de lavagem de dinheiro em benefício de empresas com relações com a Coreia do Norte. As autoridades financeiras norte-americanas acabaram por colocar o ABLV na lista negra de entidades que praticavam lavagem de dinheiro, o que provocou uma corrida aos depósitos. Ora, tendo em conta esta situação, o BCE acredita que o banco não tinha liquidez necessária para fazer face à procura e deixa agora cair a instituição bancária, que é a terceira maior da Letónia.

Além do corte ao financiamento, o BCE decidiu que este banco não deve ser salvo, "uma vez que não é do interesse público". Contudo, os depósitos até 100 mil euros estão garantidos pelo fundo de garantia europeu.

De acordo com a agência de informação financeira Bloomberg, durante uma reunião na quarta-feira, o presidente do BCE, Mario Draghi, queixou-se aos seus pares de falta de informação por parte das autoridades da Letónia, e mantém o silêncio sobre os vários escândalos que têm afetado o sistema financeiro da Letónia nas últimas semanas.

O Governo da Letónia tem estado a braços com uma crise financeira e de credibilidade, depois da detenção por umas horas do governador do banco central, suspeito de ter recebido subornos num caso não relacionado com o ABLV. O Executivo acredita que esta crise tem interferência russa.

- **Fonte 2: Público 26/02/2019**
- **Link: <https://www.publico.pt/2019/02/26/economia/noticia/tribunal-europeu-anula-suspensao-governador-banco-central-letonia-1863530>**

### **Tribunal Europeu anula suspensão do governador do banco central da Letónia**

"República da Letónia não demonstrou que o afastamento do governador se baseia na existência de provas suficientes de ter cometido falta grave", defendeu o tribunal.

O Tribunal de Justiça da União Europeia anulou hoje a suspensão preventiva imposta pela justiça letã ao governador do banco central da Letónia, por alegados delitos de suborno e tráfico de influências, por considerar que "não foram apresentadas provas".

O tribunal indicou que não é sua missão "substituir os tribunais nacionais competentes para se pronunciarem sobre a responsabilidade penal do governador investigado nem interferir na investigação penal preliminar levada a cabo pelas autoridades administrativas ou judiciais competentes".

Mas, recordou que, ao ser a Letónia membro da zona euro, o governador do banco central, Ilmars Rimsevics, faz parte do Conselho de Governadores do Banco Central Europeu (BCE).

As normas dessa instituição e os estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais estipulam que a justiça europeia deve verificar que só se decide afastar de funções um governador de um banco central nacional se existirem indícios suficientes de que cometeu uma falta grave que possa justificar tal medida.

O objectivo é "garantir a independência dos governadores de bancos centrais nacionais", acrescentou o tribunal, que considerou que "a República da Letónia não demonstrou que o afastamento do governador se baseia na existência de provas suficientes de ter cometido falta grave".

"Por conseguinte, o Tribunal de Justiça anula a resolução que proíbe Rimsevics de exercer funções de governador do Banco da Letónia", decretada em 2018 na sequência de uma investigação do gabinete de prevenção e luta contra a corrupção da Letónia.

A questão da possibilidade de afastamento de um governador do banco central de um Estado-membro tem sido amplamente debatida em Portugal a propósito do actual governador, Carlos Costa. Há um mês, CDS reafirmou a vontade de avançar com uma alteração ao regime de nomeação do governador do Banco de Portugal (BdP), passando esse dever a ser do Presidente da República por proposta do Governo, a quem cabe actualmente nomear o governador do banco central.

Antes, já o Bloco de Esquerda tinha pedido ao Governo a "exoneração" de Carlos Costa do cargo de governador do Banco de Portugal por este não poder ser escrutinado, neste momento, pela sua actuação enquanto administrador da Caixa Geral de Depósitos durante um período em que foram concedidos créditos que acabaram por revelar-se ruinosos para o banco público.



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate com o Primeiro-Ministro da Letónia, Krišjānis Kariņš, sobre o futuro da Europa

#### Contextualização política

- A Letónia é uma república parlamentar. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, que escolhe os membros do conselho de ministros, e o chefe de Estado é o Presidente, que nomeia o Primeiro-Ministro e exerce sobretudo funções de representação.
- O governo está sujeito à aprovação do Parlamento ao longo de todo o mandato.
- O país está dividido em 110 municípios e nove cidades, com administrações e conselhos municipais próprios.
- A Letónia tem aproximadamente 2 milhões de habitantes e é um dos países mais pobres da UE.

#### Krišjānis Kariņš

- Krišjānis Kariņš é o actual Primeiro-Ministro da Letónia.
- Foi um dos fundadores do Partido Nova Era em 2002 e foi eleito para o Saeima (Parlamento da Letónia) em Outubro do mesmo ano.
- Entre 2002 e 2004 exerceu o cargo de Ministro da Economia.
- Em Julho de 2009 tornou-se deputado no Parlamento Europeu no qual integrou o Partido Popular Europeu (PPE). Em 2014 foi reeleito para o Parlamento Europeu. Foi descrito por Manfred Weber como sendo um "indivíduo muito capaz e dedicado ao seu trabalho".
- O Partido Nova Era, do qual fazia parte, fundiu-se com outros partidos dando origem ao Partido de centro-direita Nova Unidade, em Agosto de 2011.
- Nas eleições nacionais de 2018, em Outubro desse ano, Krišjānis Kariņš foi candidato pelo Partido Unidade, o menor partido do Saeima, para Primeiro-Ministro da Letónia.
- Nas eleições o partido que recebeu mais votos foi o partido social-democrata pró-rússia Harmonia com 19,9 % dos votos. O partido populista KPV LV ficou em segundo lugar com 14,1 % dos votos, e outro grupo populista, o partido Novos Conservadores, conquistou 13,6 % dos votos.
- O partido Harmonia recebe muito do seu apoio da minoria de língua russa da Letónia, que representa aproximadamente 25% da população do país.
- Como nenhum partido obteve os votos necessários para formar governo, deu-se início a um processo de negociação para formar um governo de coligação que se alongou durante quatro meses, o período mais longo até então registado.
- O primeiro candidato foi Jānis Bordāns, do partido Novos Conservadores. Apesar do otimismo inicial, a sua tentativa de formar uma coligação fracassou, devido a rivalidades partidárias.
- Em segundo lugar, a escolha foi Aldis Gobzems, do partido KPV LV. Tal escolha criou controvérsia pois este queria propor um governo composto por "especialistas" nomeados por si. Tal não agradou os outros partidos pelo que esta nomeação ficou, também, sem efeito.
- Kariņš, membro do partido Nova Unidade, foi a terceira pessoa indicada para o cargo de Primeiro Ministro pelo Presidente, depois dos dois primeiros terem falhado em formar governo.
- A 23 de janeiro de 2019, Kariņš assumiu o cargo de Primeiro-Ministro liderando a coligação de centro-direita de 5 partidos conservadores e liberais.
- Kariņš mostrou vontade em criar uma coligação de seis partidos de modo a incluir a União de Agricultores e Verdes, mas, devido às objeções dos outros partidos, tal não foi possível.



- O governo é então composto por cinco forças de direita: partido Nova Unidade e o partido para o Desenvolvimento (liberais com 8 e 13 lugares, respetivamente); Novos Conservadores e Aliança Nacional (conservadores com 16 e 13 lugares respetivamente); KPV LV (extrema direita e anti-Europa, com 16 lugares). Na oposição encontram-se os socialistas Harmonia (23 lugares) e a União de Agricultores e Verdes (11 lugares).
- Apesar do partido mais votado ter sido o Harmonia, a coligação pretende que este continue do lado da oposição.
- Ivars Zarins, vice-presidente do partido Harmonia afirmou que, apesar do seu partido ter conquistado o maior número de votos nas eleições, não foi convidado para formar Governo o que revelava um profundo desrespeito pela democracia.
- Krišjānis Kariņš afirmou que as prioridades do seu governo seriam a reforma do sector financeiro, a luta contra a corrupção, a reforma educacional e a melhoria do sistema de saúde.
- A dificuldade em criar governo e o facto da coligação ser liderada pelo partido com menos acentos no Saeima revela a grande instabilidade política que se vive o país.
- Além da instabilidade política é também preocupante que, mais uma vez, um partido eurocético de extrema-direita tenha conquistado um lugar na liderança de um país europeu.

### **Crise financeira na Letónia**

- No início de 2018, a queda do banco ABLV desencadeou uma crise financeira que abalou o país. Os bancos locais e toda a economia acabaram por sofrer com a queda deste que era, até então, o maior banco da Letónia.
- O BCE em Frankfurt, dado que a Letónia é membro do euro, e o Conselho Único de Resolução da União Europeia sinalizaram que, no caso de o banco letão falir, deverá ser liquidado.
- Acresce o facto de que o mesmo banco sofreu uma acusação por parte da Rede de Execução de Crimes Financeiros dos EUA (FinCEN) de alegada lavagem de dinheiro para viabilizar negócios entre os seus clientes e instituições norte-coreanas, que eram alvos de sanções financeiras por parte das Nações Unidas, de dar apoio a atividades ilegais no Azerbaijão, Rússia e Ucrânia e de corrupção junto das autoridades em Riga. O banco negou estas alegações.
- Desde a acusação, a liquidez do ABLV caiu substancialmente, obrigando a uma suspensão temporária de todos os pagamentos por ordem do Banco Central Europeu.
- Em paralelo com esta crise o governador do Banco da Letónia, o banco central do país, foi acusado de corrupção pelo Departamento de Prevenção e Combate à Corrupção.
- Ilmars Rimsevics, governador do banco central desde 2001, foi preso, libertado sob fiança, proibido de sair do país e viu as duas funções suspensas, não tendo participado nas últimas reuniões do conselho de governadores do Banco Central Europeu (BCE).
- O governador alega inocência e não pediu a demissão, apesar da pressão por parte do governo. O mandato atual termina apenas em outubro de 2019.
- A 26 de Fevereiro de 2019 o Tribunal Europeu anulou a suspensão do governador do banco central da Letónia por considerar que não foram apresentadas provas suficientes.
- As normas na União Europeia e os estatutos do Sistema Europeu de Bancos Centrais estipulam que a justiça europeia deve verificar se existem provas suficientes para acusar um governador de um banco central nacional e para o afastar das suas funções.

## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Programa InvestEU

- **Fonte 1: Europarl News 16/01/2019**
- **Link: <http://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20190109IPR23009/investeu-meps-support-new-programme-to-boost-financing-for-jobs-and-growth>**

#### **“InvestEU”: MEPs support new programme to boost financing for jobs and growth**

Parliament has adopted its position on a new EU programme to support investment and access to finance from 2021 to 2027.

The new InvestEU programme follows and replaces the current EFSI (European Fund for Strategic Investments), set up after the financial crisis.

MEPs adopted amendments on Wednesday to improve the EU Commission proposal, including:

- increasing the EU budget guarantee to €40.8 billion (current prices) to mobilise more than €698 billion of additional investment across the EU (Commission proposed €38 billion to mobilise €650 billion);
- clearer and new objectives, such as increasing the EU employment rate, achieving the Paris Climate Agreement goals or economic, territorial and social cohesion;
- better climate protection: MEPs set a target of “at least 40%” of the overall financial envelope of the InvestEU Programme for climate objectives;
- introducing a Steering Board to ensure the right balance between policy and banking experience in governing the programme; an EP appointee will also sit on the committee;
- the Commission and the Steering Board should report annually to Parliament and Council on the progress, impact and operations of the InvestEU Programme to ensure better accountability to European citizens.

The report was adopted with 517 votes in favour, 90 against and 25 abstentions.

#### Quotes

“InvestEU brings together all the financial instruments of the EU budget. EFSI or the Juncker Plan, which inspired the creation of InvestEU, has already helped to create around 1 million jobs in the European Union and supported more than 850 000 small and medium-sized enterprises. The Commission proposes to trigger €650 billion in investments for the 2021-2027 period but we, in the Parliament, are aiming for almost €700 billion. The EU’s priorities must be reflected in the programme. InvestEU will be a very important tool for economic growth, job creation, entrepreneurship and social, economic, and territorial cohesion to the European Union”, said José Manuel Fernandes (EPP, PT), co-rapporteur for the Committee on Budgets. Watch Mr Fernandes’ plenary speech .

“InvestEU is not only a tool that prolongs the positive experience of the EFSI and other projects developed in recent years. In addition to further strengthening support for small and medium-sized enterprises, research, innovation and sustainable infrastructure, this programme aims to begin to address the huge gap in social infrastructure, ensuring that projects in the fields of education, health, social housing are feasible”, said Roberto Gualtieri (S&D, IT), co-rapporteur and Chair of the Committee on Economic and Monetary affairs. Watch Mr Gualtieri’s plenary speech.





## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### **Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Programa InvestEU**

*Quarta-feira, dia 17*

*Apresentação de relatórios:*

#### **Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Programa InvestEU**

**Relator: José Manuel Fernandes (PPE) e Roberto Gualtieri (S&D)**

**Comissão dos Orçamentos (BUDG) e Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)**

- **Alguns dados a ter em conta:**

- A Comissão fez uma proposta legislativa dia 6 de Junho de 2018 com o objectivo de estabelecer o Fundo InvestEU como um instrumento único de apoio ao investimento para as políticas da União para o período 2021-2027.
- O acto proposto é um Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho.
- O Parlamento Europeu decide de acordo com o processo legislativo ordinário e em pé de igualdade com o Conselho.
- Embora as condições de investimento na Europa tenham melhorado graças às reformas estruturais dos Estados-Membros, a uma situação económica mais favorável e a intervenções públicas, nomeadamente ao abrigo do Fundo Europeu de Investimento Estratégico (FEIE), os défices de investimento continuam consideráveis na Europa.
- A fim de cumprir os ambiciosos objetivos políticos da União, a atração de capital privado para financiar investimentos continua a ser essencial, ao mesmo tempo que se ajusta a abordagem no sentido de uma maior relevância política.
- O novo programa InvestEU terá a capacidade de moldar uma estratégia da UE para colmatar as persistentes lacunas de investimento da UE em setores como os novos modelos de mobilidade, energias renováveis, eficiência energética, investigação e inovação, digitalização, educação e competências, economia social e infra-estrutura, economia circular, capital natural, ação climática ou criação e crescimento de pequenas e médias empresas.
- O programa estabelece também o Fundo InvestEU, que deve apoiar os objetivos políticos da União, mobilizando investimentos públicos e privados na UE, resolvendo as deficiências do mercado e as lacunas de investimento que entravam o mercado e promover a realização dos objetivos da UE em matéria de sustentabilidade, competitividade e crescimento inclusivo.
- A Comissão propõe a afectação de 15,2 mil milhões de euros ao Fundo InvestEU.
- A 20 de Dezembro de 2018 a Comissão dos Orçamentos e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários aprovou um relatório conjunto de José Manuel Fernandes e Roberto Gualtieri sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o InvestEU Programa.
- A 16 de Janeiro de 2019 o Parlamento Europeu adoptou, por 517 votos a favor, 90 contra e 25 abstenções, alterações à proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o programa InvestEU.
- A questão foi devolvida à comissão competente para as negociações interinstitucionais.





# **Quinta-feira, dia 18 de Abril**



## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Brunei

- **Fonte 1: Diário de Notícias 03/04/2019**
- **Link: <https://www.dn.pt/mundo/interior/punicoes-baseadas-na-lei-islamica-entram-em-vigor-no-sultanato-do-brunei-10755854.html>**

#### **Brunei já pune homossexualidade e adultério com apedrejamento e mutilação**

A reforma do código penal, baseada na lei islâmica, entrou em vigor esta quarta-feira apesar da condenação internacional em relação a esta medida do regime do sultão Hassanal Bolkiah.

A homossexualidade e o adultério são desde esta quarta-feira punidos no Brunei, país asiático governado pelo sultão Hassanal Bolkiah. A reforma do código penal faz com que estejam previstas penas de execução por apedrejamento ou mutilação das extremidades corporais.

Estas punições adotadas pelo governante daquele sultanato do Sudeste Asiático são baseadas na lei islâmica (sharia) e tem como propósito implementar um regime muçulmano conservador. Estas eram medidas que vinham sendo anunciadas há algum tempo e que têm merecido várias ações de repúdio um pouco por todo o mundo, tendo mesmo sido feitas campanhas de boicote e condenação por parte da comunidade internacional.

O novo Código Penal do Brunei prevê que as pessoas sejam punidas por serem homossexuais ou adúlteras com o apedrejamento; já os casos de roubo está prevista a pena de mutilação da mão ou do pé; enquanto a pena de morte será decretada em situações de blasfémia e difamação do profeta Maomé, bem como para quem renegar a religião islâmica. Está ainda previsto que o aborto seja punido com açoitamentos.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, disse esta semana que a aplicação dessas leis "seria um grave revés para os direitos humanos no Brunei". "O novo código penal é brutal no seu núcleo, impondo esses métodos arcaicos de punição por alguns atos que não devem ser considerados crimes", disse hoje Phil Robertson, vice-diretor da Human Rights Watch (HRW) para a Ásia.

O gabinete do primeiro-ministro - cargo ocupado pelo sultão de 72 anos, famoso por ter uma vida opulenta e vários escândalos amorosos -, anunciou no sábado a medida num breve comunicado, no qual referiu que a sharia vai ajudar a manter "a paz e a ordem" e tem como objetivo "educar, respeitar e proteger os direitos legítimos de todos os indivíduos de qualquer raça e fé".

O sultanato, próspero graças às suas vastas reservas de petróleo e gás, começou a introduzir punições com base na lei islâmica em 2014, com um primeiro conjunto de alterações às sentenças menos severas, num plano de dois anos que foi suspenso temporariamente pela campanha internacional de boicote contra empresas sob o patronato do país.

O fundador da organização Projeto Brunei, Matthew Woolfe, disse à agência de notícias espanhola EFE que as mudanças no sistema da justiça criminal criarão medo e ansiedade entre os habitantes, muitos dos quais não se atrevem a falar ou fazem-no em condição de anonimato.

"Obviamente, a apostasia, que acarreta pena de morte, aplica-se apenas aos muçulmanos. Entre a punição mais cruel, o adultério e a sodomia entre dois homens tem como pena o



apedrejamento, que será aplicada se uma ou ambas as pessoas forem muçulmanas. No caso de não serem muçulmanos, não se aplicará", ressalta Efe Woolfe.

O ator americano George Clooney apelou ao boicote de hotéis pertencentes a empresas do Brunei, uma medida que recebeu o apoio de outras celebridades, políticos e coletivos em favor dos direitos humanos.

Embora o atual código penal já preveja a pena de morte, o Brunei não realiza execuções desde 1957. A nova legislação é aplicada principalmente aos cidadãos que professam a fé muçulmana, que representam 70 por cento da população do sultanato (300.000), embora em alguns casos, também possa ser aplicada a estrangeiros ou pessoas de outras crenças, principalmente budistas e cristãos.

Os não-muçulmanos já são proibidos, desde 2014, de utilizar 19 palavras islâmicas, incluindo "Alá", assim como é proibida a impressão, divulgação, disseminação e distribuição de publicações contrárias aos ensinamentos islâmicos.

A homossexualidade já era ilegal no sultanato, enquanto a ofensa classificada como vestir roupas indecentes acarreta uma pena de até seis meses de prisão, e o consumo de álcool em locais públicos é punível com até dois anos de prisão.

O Brunei tem um sistema legal duplo que combina tribunais civis de base britânica - foi um protetorado britânico até 1984, - e tribu

## Sessão Plenária de Estrasburgo - 15 a 18 de Abril

### Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito - Brunei

- A 3 de Abril de 2019 o Brunei finalizou a implementação do novo Código Penal (Shariah), baseado na lei islâmica, que introduz punições como morte por apedrejamento por atos sexuais de mesmo sexo, sexo extraconjugal, sexo anal e aborto; já os casos de roubo está prevista a pena de mutilação da mão ou do pé; enquanto a pena de morte será decretada em situações de blasfémia e difamação do profeta Maomé, tanto por muçulmanos como por não-muçulmanos, bem como para quem renegar a religião islâmica. As crianças que atingiram a puberdade e são condenadas por essas ofensas podem receber as mesmas punições que os adultos e as crianças que ainda não tenham atingido a puberdade podem ser submetidas a chicotadas.
- O Código Penal Shariah (SPC) não substitui a lei civil, mas espera-se que funcione paralelamente a ela. Cada caso exige uma decisão inicial para determinar se deve ser processado pela lei civil ou pela sharia.
- O Sultan Hassanal Bolkiah publicou formalmente a Ordem do Código Penal Syariah em Outubro de 2013. Naquela época, o governo declarou que implementaria a nova lei em três fases. A primeira fase aprovaria as disposições puníveis com multas ou prisão em Abril de 2014; a segunda e terceira fase seriam então introduzidas nos próximos dois anos, implementando disposições que incluíam punições como amputação, chicotadas ou apedrejamento até a morte. Após uma revolta da comunidade internacional contra a gravidade das punições, o governo atrasou a implementação da lei. No entanto, a 29 de dezembro de 2018, o Procurador-Geral do Brunei emitiu discretamente uma notificação que estabelecia que a lei iria entrar em vigor a 3 de Abril.
- As disposições do Código Penal da Sharia violam as obrigações de Brunei no âmbito do direito internacional consuetudinário dos direitos humanos, incluindo os direitos à vida, a liberdade de tortura e outros maus-tratos, expressão, religião, privacidade e autonomia individual, entre outros, como refletido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e tratados dos quais o Brunei faz parte, como a Convenção sobre os Direitos da Criança.
- O uso de apedrejamento ou amputação intencional como castigo viola a proibição absoluta de todas as formas de tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes.
- O código é discriminatório e viola muitos direitos de mulheres, crianças, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, entre outros.
- É inconsistente com o princípio internacional de que a pena de morte deve ser reservada apenas aos "crimes mais graves", ou seja, homicídios intencionais.
- A União Europeia, assim como os governos de todo o mundo devem afirmar uma posição clara e firme no que diz respeito a este grave atentado contra os direitos humanos, assegurando que as negociações com o Brunei não vão continuar enquanto sejam estas as disposições da lei desse mesmo país.